

Automação põe 9 milhões de empregos em risco

Estudo indica que maior parte das 16 milhões de vagas criadas desde 2003 pode desaparecer

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Com o avanço da automação nas próximas duas décadas, o Brasil tende a perder número consideravelmente de empregos com carteira assinada criados em anos anteriores. Cerca de 9,2 milhões dos 16 milhões postos de trabalho que foram há 5 horas Brasil criados entre 2003 e 2016 têm 70% de chance ou mais de sucumbirem à chegada de máquinas controladas por computadores. O índice é considerado alto para os padrões internacionais. As estimativas estão em levantamento do Laboratório do Futuro, do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

A maior parte dos empregos gerados no período (6 milhões) tem mais de 90% de chance de serem eliminados nos próximos dez anos, diz Yuri Lima, pesquisador da Coppe. O fenômeno, explica, está ligado à natureza dos postos gerados no período anterior, caracterizados por baixa qualificação e pouca especialização, portanto mais propensos a serem substituídos por máquinas.

Os pesquisadores da Coppe adaptaram os resultados de pesquisas internacionais sobre automação para a realidade brasileira e os cruzaram com informações da Relação Anual de Informações Sociais do governo federal (Rais). O objetivo de médio prazo é determinar o impacto da automação na matriz de empregos de cada um dos 5.570 municípios do país, indicando alternativas personalizadas para cada cidade enfrentar o cenário que se aproxima. No Rio de Janeiro, município-piloto da plataforma, os pesquisadores puderam precisar, por exemplo, que, no setor de varejo, 148 mil pessoas podem perder seus empregos em razão da automação.

Na avaliação por atividade, os mais afetados entre os trabalhadores formalizados serão vendedores do varejo, assistentes administrativos e outros empregados do setor de serviços, como é o caso dos auxiliares do setor de alimentação. Outras categorias que devem desaparecer em uma década são estoquistas e operadores de caixa.

INFORME

Entre as dez profissões com o maior número de empregados no Brasil até o início de 2017 - que reuniam 26% da população de carteira assinada -, só os professores não estão ameaçados de substituição por máquinas nos próximos dez anos. Isso dá a dimensão do “exército de substituídos” que deve se somar ao contingente de desempregados, hoje na casa dos 12,5 milhões de pessoas. Para oferecer dimensão mais exata do problema, a Coppe atualiza os dados para dezembro de 2018. Lima, entretanto, adianta que “não houve criação significativa de postos resilientes à automação a ponto de modificar a estrutura da matriz de empregos analisada no estudo”.

Além de recomendar políticas de elevação da taxa de escolaridade, requalificação da mão de obra e geração de empregos ligados à revolução digital, o relatório fala expressamente em soluções como “renda básica universal” e “ativos básicos universais” capazes de oferecer uma rede de proteção social que permita aos beneficiários transitar para novos empregos.

Em países como Suíça e Reino Unido, onde a consultoria Deloitte realizou levantamentos análogos ao da Coppe, a matriz de emprego é mais resiliente, porque houve ondas de automação com impactos já absorvidos e, simultaneamente, a geração de funções com maior especialização técnica. Ainda assim, 48% dos empregos podem sumir na Suíça com a proliferação das máquinas. No Reino Unido, o índice cai a 35%.

Para chegar aos números do Brasil, os pesquisadores usaram um estudo da Universidade de Oxford, no Reino Unido, oficialmente publicado em 2017, que determina a probabilidade de automação de cada uma das profissões existentes nos Estados Unidos a fim de quantificar o impacto da automação naquele país. Desde então, governos e consultorias privadas têm feito esforços para adaptar os parâmetros à realidade de seus países. No início de outubro, o Valor publicou levantamento da consultoria IDados nessa linha, mostrando que 58,1% dos empregados formais ou informais do país serão substituídos por máquinas em até 20 anos, afetando cerca de 52,1 milhões de pessoas.

A Coppe avançará na avaliação por municípios. Os resultados, diz Lima, indicam que mais de 60% das populações ocupadas em todas as cinco regiões do Brasil serão afetadas. Essa substituição por máquinas será mais forte no Centro-Oeste, onde 70,8% dos empregados de carteira assinada devem ser afetados, visto que a região têm grandes centros administrativos, como o Distrito Federal, e municípios com altas taxas de urbanização em contraste com áreas rurais de baixa densidade demográfica - que já passaram pela onda de automação do agronegócio.

Em seguida, virão Sul e Sudeste, onde 69,2% dos trabalhadores devem ser impactados, com forte incidência sobre o setor de serviços ali concentrado. Na outra ponta estão Norte (64,3%) e Nordeste (61,3%), que sentirão menos os efeitos da chegada das máquinas por

INFORME

terem economias marcadas por atividades primárias como extração mineral, vegetal e animal, pouco expostas à automação.

Programa que visa estimular novas vagas será lançado hoje

Mecanismo deve ser limitado a cargos cuja remuneração seja de no máximo 1,5 salário mínimo

Por Fabio Graner — De Brasília

O governo lança nesta segunda-feira o novo programa para estimular a geração de empregos entre os trabalhadores mais jovens (18 a 29 anos) e também para pessoas desempregadas com mais de 55 anos. O programa Verde Amarelo, previsto para ser apresentado às 17 horas, no Palácio do Planalto, promoverá a redução a zero das contribuições patronais à Previdência, ao Sistema S e a outros encargos. Também haverá redução de 8% para 2% da contribuição mensal ao FGTS.

O mecanismo deve ser limitado a cargos cuja remuneração seja de no máximo um salário mínimo e meio, hoje de cerca de R\$ 1,5 mil mensais. Com isso, busca-se limitar o impacto fiscal e focalizar na população mais pobre.

Antes mesmo de ser divulgado, contudo, o programa já sofre críticas de economistas, que veem na segmentação por faixa etária como uma fonte de risco de distorção no mercado de trabalho, além do risco fiscal.

A desoneração da folha de pagamentos, sempre defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, foi adotada setorialmente no governo Dilma Rousseff. No segundo mandato dela, o ministro da Fazenda Joaquim Levy disse que a medida não funcionava e custava caro.

(Fonte: Valor Economico – 11/11/2019)